O PAPEL DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA PERPETUAÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Edma Regina Peixoto Barreto Caiafa Balbi (UENF)

edmarpbcbalbi@gmail.com

Maria Luísa Terra Cola (UENF)

marialuisaterracola@gmail.com

Kathia Vívian Machado dos Santos Soares (UENF)

katvms@gmail.com

RESUMO

À luz dos conceitos da Sociolinguística e tendo como ponto de partida os mitos em torno do preconceito linguístico, o presente trabalho tem como objetivo desmistificar esse conceito e buscar uma diminuição do abismo entre a língua falada e a ensinada na sala de aula. Tomando como base documental os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, como base para discussão, observações da realidade empírica advindas da prática docente em classes da educação básica de escolas públicas, busca-se equilibrar a abordagem do ensino da norma padrão da língua portuguesa às variações linguísticas presentes na língua falada, a fim de que todos os estudantes entendam as diferentes possibilidades de uso da língua e possam adequá-la ao contexto comunicacional.

Palavras-chave:

Língua portuguesa. Preconceito linguístico. Sociolinguística.

ABSTRACT

According to the concepts of Sociolinguistics and having as a starting point the myths around linguistic prejudice, the present paper aims to demystify this concept and search for a way to diminish the abyss between the spoken language and the one taught in classrooms. Taking the National Curricular Parameters (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN) and the Common National Curricular Basis (Base Nacional Comum Curricular – BNCC) guidelines as a documentary basis and, as a discussion basis, observations of the empiric reality arising from teaching practice in basic education classrooms of public schools, it seeks to balance the Portuguese language standard norm teaching approach to the linguistic variations present in spoken language, in order that all students understand the different possibilities to use the language and are able to adequate it to the communicational context.

Keywords:

Portuguese language. Linguistic prejudice. Sociolinguistics.

1. Introdução: uma breve conceituação linguística e sociolinguística

A Linguística é uma ciência que tem como mote o fenômeno da

linguagem em seus diversos aspectos, dentre eles o social. O fenômeno linguístico é algo sociocultural e heterogêneo. Ele está em constante mudança. Advindo desse conceito, temos um ramo específico da Linguística que se dedica a esse aspecto social da língua: a Sociolinguística, que, a partir do século XX, se fixou como uma importante ramificação dos estudos linguísticos, tendo como foco o estudo da língua falada em seu contexto social.

A Sociolinguística se propõe a compreender a relação entre linguagem e sociedade em situações reais de uso da língua, tirando o foco das regras gramaticais e colocando-o nas relações que se manifestam através da linguagem e toda a diversidade linguística. Toda comunidade de fala possui modos de falar próprios, o que caracteriza as variedades linguísticas. E dentro de uma mesma comunidade de fala, pessoas de origem, idade e gênero diferentes, por exemplo, falam de maneiras distintas. Desse modo, a língua, incontestavelmente, apresentará variações. Do ponto de vista sociolinguístico, essa característica é uma qualidade, uma rica fonte de estudos e observações das relações sociais.

A conexão entre linguagem e sociedade é a base da formação do ser humano. As organizações sociais se valem da linguagem oral para se comunicar. E é a partir desse contexto social da comunicação que nasce a necessidade de se estudar o fenômeno linguístico a partir desse prisma e da realidade cultural em que a língua está inserida.

Língua, cultura e sociedade e a sua interrelação se tornaram objeto de estudo de muitos autores a partir do século XX. Quando pensamos a questão social atrelada à língua, devemos ter em mente nomes como Antoine Meillet, Mikhail Bakhtin, Marcel Cohen, Émile Benveniste, Roman Jakobson, entre outros. Segundo Meillet (*Apud* MUSSALIM; BENTES, 2021, p. 24), “a linguagem é eminentemente um fato social. (...). As línguas não existem fora dos sujeitos que as falam”. Jakobson (*Apud* MUSSALIM; BENTES, 2021, p. 25) se debruça sobre a relação entre linguagem e contexto social e diz que todo código linguístico é multiforme e se diferencia de acordo com a função da mensagem, do interlocutor ao qual se dirige e da relação estabelecida entre os interlocutores daquela situação comunicativa. Para Benveniste (*Apud* MUSSALIM; BENTES, 2021, p. 27), “a língua contém a sociedade, ela é e deve ser o instrumento de comunicação comum a todos os membros da mesma. Ela dá forma à sociedade e permite que o homem se situe nela e na natureza”. Cada linguista traz a sua contribuição e sua abordagem a essa discussão. O que se pode dizer de todas elas é que é inegável a relação entre linguagem e sociedade. É uma

correlação que, apesar de parecer óbvia, traz discussões complexas e que constituem um divisor de águas dentro da Linguística.

Sempre que nos comunicamos em diferentes contextos, aprendemos a nos adequar socialmente. Essa adequação, seja consciente ou inconsciente, acarreta diferentes variações estilísticas da língua. Essas variedades linguísticas coexistem, dessa forma podemos nos adaptar socialmente através da língua. Há variações de prestígio, que respeitam a norma padrão da língua e há variações menos prestigiadas, informais, que nem sempre seguem a norma padrão. Considerar essas variações mais informais como inferiores acarreta o preconceito linguístico.

2. O preconceito linguístico

O preconceito linguístico se dá quando há um conflito entre o conceito de língua e o de gramática normativa. Previamente a esse avanço dos estudos linguísticos, só se levava em conta a estrutura da língua e não o aspecto social dela. Não se levava em consideração as diferenças de registro entre fala e escrita. Contudo há diferenças claras entre esses dois registros, pois a língua não é homogênea. A gramática normativa não é essencialmente a língua, é somente uma parte dela. Faz-se necessário considerar todas as variedades linguísticas que podem existir. Quando essas variações menos prestigiadas são chamadas de erro ou desvio é que surge o preconceito linguístico e toda a mitologia que há em torno dele, como acreditar que somente pessoas de uma classe social mais alta ou pessoas originárias de Portugal falam bem o português. Ora, isso é fruto de uma visão que perpetua os mecanismos de exclusão social. São mitos como esses que reforçam a cada dia o preconceito linguístico e afastam as pessoas que não seguem a dita norma culta de se comunicarem efetivamente com toda a sociedade e terem acesso a todo tipo de comunicação, como textos jurídicos, decisões governamentais, por exemplo, que, via de regra, se valem da norma padrão da língua portuguesa. Se toda a sociedade não tem acesso a isso, torna-se mais uma forma de segregação da parcela que possui menos recursos e, conseqüentemente, menos estudos formais.

Dizer que o brasileiro fala português ocorre somente por comodidade e por uma razão histórica. O “português brasileiro” tem regras próprias de funcionamento, que se distanciam cada vez mais da língua falada em Portugal. No entanto, o ensino da língua portuguesa no Brasil segue tomando como base a norma linguística lusitana. As regras gramaticais ditas “corretas” são as que funcionam bem para a realidade de fala de lá e,

por vezes, soam até mesmo estranhas para nós.

Por conta desse preconceito é que somos obrigados a ensinar e aprender que o “certo” é dizer e escrever *Dê-me um beijo* e não *Me dá um beijo*, e que é “errado” dizer e escrever *Assisti o filme* e *Aluga-se casas*, porque lá em Portugal não é assim que se faz. (BAGNO, 2007, p. 28)

Para Bagno, não faz sentido a obrigatoriedade do ensino das normas gramaticais que soam diferentes do que falamos. Isso acaba gerando um conflito de comunicação na educação. O ensino e a aprendizagem só acontecem quando há um bom entendimento do que é transmitido. Essa abordagem, que se limita a ensinar regras gramaticais, não leva em conta o contexto social do aluno e nem todas as influências que o nosso português vem sofrendo ao longo dos tempos. Nós falamos uma língua adequada à nossa realidade. Apropriamo-nos do idioma e, dessa forma, podemos dizer que hoje temos a nossa própria língua, pois ela é viva e mutável.

O brasileiro sabe o seu português, o português do Brasil, que é a língua materna de todos os que nascem e vivem aqui, enquanto os portugueses sabem o português deles. Nenhum dos dois é mais certo ou mais errado, mais feio ou mais bonito: são apenas diferentes um do outro e atendem às necessidades linguísticas das comunidades que os usam, necessidades que também são... diferentes! (BAGNO, 2007, p. 31)

O que Bagno destaca é importante para combater o preconceito linguístico. Não é possível abandonar o ensino da gramática tradicional nas escolas. Isso acarretaria mais preconceito, segregação e falta de acesso. É necessário aprender a ler e interpretar um vocabulário mais denso ou frases escritas dentro da norma culta. Mas não podemos nos prender a isso. Faz-se necessária a adequação, o diálogo entre as variações linguísticas. Para ensinar a norma culta, precisamos nos comunicar bem com o aluno, que pode ter um vocabulário marcado por gírias, por exemplo. Para que o aprendizado aconteça, é imprescindível que haja uma troca. Ao passo que o aluno precisa aprender as regras e ampliar seu vocabulário para sua inserção social, sociedade e escola precisam ver com menos preconceito as variações presentes na língua falada. É de suma importância incluir a vivência desse aluno na sala de aula, levar em consideração os registros informais da língua e fazê-lo compreender que isso pode ser aceito linguística e socialmente.

O presente estudo se propõe a refletir em busca de uma diminuição do abismo que há entre a realidade da língua falada e daquela ensinada nos bancos escolares, ao passo que busca uma forma da sociedade garantir acesso à norma padrão da língua, sem nos prender ao ensino engessado dela. Como encontrar esse equilíbrio em sala de aula, tendo o papel de

docentes da educação básica como agentes dessa busca, é a proposta de reflexão que esse estudo visa.

3. Oralidade x escrita: registros formal e informal

A maior diferença, no que tange às assimetrias entre o português de Portugal e o falado no Brasil, está na língua falada, sendo, segundo Bagno (2007, p. 25), a língua escrita formal “o único nível em que ainda é possível uma compreensão quase total entre brasileiros e portugueses”, uma vez que a ortografia é basicamente a mesma, com poucas diferenças. Entretanto, se lido em voz alta, um mesmo texto irá soar completamente diferente quando lido por um português e por um brasileiro, dando até mesmo a impressão de serem línguas distintas.

Para além das diferenças entre o português falado em Portugal e no Brasil, existe, ainda, uma grande diferença entre oralidade e escrita dentro do português utilizado pelos brasileiros. Essa diferença deve-se não apenas às questões diatópicas da língua e da rica variedade de sotaques presente em todo território nacional, mas da diferença flagrante entre a língua falada e a língua escrita. A esse respeito, cabe ressaltar que, na oralidade, a informalidade se faz presente de forma mais visível e, algumas vezes, essa informalidade acaba sendo transferida para a escrita, por exemplo, em textos mais informais, como publicações em redes sociais. É comum que, fora da formalidade dos textos acadêmicos ou das redações oficiais de documentos, por exemplo, os mesmos traços de informalidade da fala sejam expressos, a despeito de tratar-se da língua escrita. E é aí que o preconceito linguístico ganha espaço: tendemos a relacionar essa informalidade “transferida” da oralidade para a escrita ao erro. Porém parece bastante natural essa adequação, essa aproximação da língua falada com a língua escrita, especialmente em publicações em redes sociais e conversas entre amigos, por exemplo. Isso, muitas vezes, denota até mesmo um traço afetivo na comunicação. Portanto não se trata de erro, mas sim de uma adaptação da língua a situações de informalidade, dando naturalidade ao discurso escrito.

Essa reflexão sobre a língua escrita leva-nos também à questão da leitura e da reprodução de padrões na escrita. Existe uma ideia errônea acerca do conceito de leitura. É comum acreditar-se que o hábito da leitura se restrinja apenas a livros ou jornais. Entretanto o conceito de leitura é muito mais amplo: de revistas em quadrinhos a conversas nas redes sociais, o ato da leitura está presente. É muito comum, inclusive, que crianças e adolescentes reproduzam os discursos informais e abreviações

comumente utilizados na internet, em redações escolares. Seria o caso de os professores de língua portuguesa corrigirem esse “erro”? Isso seria pôdar a criatividade da produção escrita dos alunos.

Em se tratando de produção textual, o “combustível” está no que se lê, ou seja, a escrita se alimenta da leitura. As crianças e adolescentes habituaram-se a ter como fonte de leitura quase que exclusiva as publicações da internet, onde a informalidade da língua tem grande espaço. Nada mais natural que essa informalidade seja transferida para suas produções textuais. Tolher a criatividade dos estudantes por meio da excessiva exigência da aplicação da norma padrão da língua é reforçar a ideia de que esses alunos não são capazes de escrever, criando neles uma barreira, uma grande resistência à leitura e à produção escrita, além da falsa sensação de que lhes falta o domínio da língua. A exigência cega da norma culta nas produções textuais dos alunos pode vir acompanhada da desconsideração de aspectos de suma importância nesse tipo de atividade: a criatividade, a coesão e a coerência.

4. O impacto do preconceito linguístico no aprendizado

A avaliação desse impacto ocorre através do conhecimento empírico, da observação do estar em sala de aula e presenciar o silenciamento de muitos discentes quando são convidados a fazer um comentário ou até mesmo expressar sua opinião sobre algum tema. A dificuldade em se expor sugere o não pertencimento vivido por grande parte dos estudantes, especialmente dos oriundos de classes com menor poder aquisitivo e a conseqüente falta de acesso à leitura.

É comum ouvir, tanto dos próprios alunos em sala de aula quanto dos docentes na sala dos professores, que, de modo geral os estudantes não sabem português. Tal fala só fortalece a ideia de que há apenas um português a ser aprendido. Todas as outras variedades são menores e, portanto, não são dignas de registro e estudo.

O absurdo dessas falas corrobora com a visão distorcida de que a língua está pronta e não sofre variação. Vale ressaltar que, na teoria, as mudanças na língua são citadas pelos professores, mas que, na prática, exige-se dos alunos o emprego do português em sua norma culta. Essa rigidez, acredita-se, interfere no aprendizado de forma bem relevante, pois o aluno, em sua vida cotidiana de fala e escuta, não reconhece a língua que estuda na escola como sendo sua, do seu grupo social.

5. O equilíbrio entre a norma culta e a oralidade

Ainda que o português fosse a língua oficial do Brasil-Colônia, não era a língua que predominava nas interações sociais da época. No início da colonização havia três línguas: o português, a língua geral, com a qual os jesuítas e o colonizador interagiam com os colonizados, e o latim. Balbi (2016, p. 44) aponta que “a coexistência dessas três línguas, no início da colonização do Brasil, parece ter colaborado para justificar a diversidade da formação do Português brasileiro”.

Na década de 1750, com a determinação do Marquês de Pombal que tornou o uso da língua portuguesa obrigatório, esta passa a ser usada nas interações sociais e a fazer parte do currículo nacional. Vale ressaltar que as escolas, nessa época, eram abertas apenas à classe privilegiada e o ensino do português era feito da maneira tradicional: normativo e descritivo.

Destaca-se ainda que, em meados do século XIX, já se falava em um português brasileiro que, contudo, era desconsiderado pelas escolas.

Na década de 1950, ocorreu a expansão do ensino público no Brasil. Com isso, tiveram acesso aos bancos escolares crianças filhas de trabalhadores oriundas de uma realidade bem diversa das que já frequentavam a escola. Ainda que esses dois públicos dividissem o mesmo espaço físico da escola, esta não recebeu os novos ingressantes de forma a incluí-los, pois manteve a mesma metodologia de ensino, a mesma linha tradicional e, com isso, mantendo o privilégio do seu público anterior.

A apresentação desse percurso da língua falada no Brasil tem como objetivo evidenciar ter sido a flexibilização do uso da língua a tornar possível a interação entre os diferentes grupos que residiam no Brasil-Colônia. O que revela ser imprescindível a busca de um equilíbrio entre a norma culta e as variações linguísticas orais. Aceitar os diferentes falares e promover o conhecimento deles deve ser o objetivo de todos os professores em seu fazer docente.

6. O ensino da língua portuguesa hoje

A investigação sobre como está o ensino da Língua Portuguesa (LP) nos dias atuais tem o propósito de verificar se a oralidade conquistou algum espaço nas discussões acadêmicas e na prática docente no que tange ao ensino da nossa língua. Cabe lembrar que, como já dito em tópico

anterior, a escola, em meados do século XX, negava a existência de uma língua portuguesa brasileira, isto é, a que é falada pelo povo brasileiro.

Também tendo como fonte de observação a realidade empírica, a qual observa o predomínio do ensino tradicional, da prevalência da gramática sobre as variações linguísticas advindas da oralidade, do uso da língua nas interações comunicativas em espaços de convívio social, reitera-se aqui a necessidade de mudança na visão dos professores de que é possível a convivência das diferentes “línguas” brasileiras e da importância de respeitá-las e aprender a usá-las de acordo com a situação comunicativa que se apresenta ao falante.

Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – 1998), final do século XX, portanto, já se criticava a tradicionalidade do ensino de LP. Serão apresentados alguns pontos que são objeto de crítica desse documento:

- a desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos;
- a excessiva escolarização das atividades de leitura e de produção de textos;
- o uso do texto (...) como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais;
- a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não padrão. (BRASIL, 1998, p. 18)

Por outro lado, esse mesmo documento cita pontos que visam à redução do distanciamento entre a língua da escola e a da vida. Para que essa distância reduza, de fato, os PCN (1998) orientam que o ensino de LP seja todo voltado para o estudo da língua em uso. Destacando que:

- a razão de ser das propostas de leitura e escrita é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio;
- a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva, e não a produção de textos para serem objetos de correção;
- as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente, às situações e aos propósitos definidos. (BRASIL, 1998, p. 19)

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018, p. 58), atual documento norteador da educação básica, também há orientação para a valorização do saber prévio dos alunos, destacando a importância da ampliação das “experiências para o desenvolvimento da oralidade”. O documento quando fala sobre o ensino para as séries iniciais da educação básica ainda diz que:

As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. (BNCC, 2018, p. 58)

No que tange ao ensino de LP, esse documento fala na apropriação do português brasileiro:

Os conhecimentos sobre a língua, as demais semioses e a norma-padrão não devem ser tomados como uma lista de conteúdos dissociados das práticas de linguagem, mas como propiciadores de reflexão a respeito do funcionamento da língua no contexto dessas práticas. A seleção de habilidades na BNCC está relacionada com aqueles conhecimentos fundamentais para que o estudante possa apropriar-se do sistema linguístico que organiza o português brasileiro. (BRASIL, 1998, p. 139)

Como se pode observar, documentos oficiais que orientam os rumos da educação brasileira endossam a necessidade de partir da vivência do aluno para a compreensão da língua e, conseqüentemente, a um uso mais efetivo e adequado à situação de interlocução vivida pelo estudante em sua vida em sociedade.

E continua orientando quanto ao ensino da LP dizendo que “Assume-se, na BNCC da Língua Portuguesa, uma perspectiva de progressão de conhecimentos que vai das regularidades às irregularidades e dos usos mais frequentes e simples aos menos habituais e mais complexos” (p. 139). Ao tratar de “usos mais frequentes”, a BNCC abre espaço para que os diferentes falares, as variações linguísticas passem a fazer parte das discussões em sala de aula promovendo uma maior aproximação entre a língua da escola e a usada na vida real, o que tem como objetivo uma aprendizagem mais significativa. Parece ser um caminho para afastar o preconceito linguístico.

7. *Como desmistificar o ensino da norma culta*

Como já discutimos anteriormente, não é possível abandonar o ensino da norma padrão da LP aos nossos discentes, pois isso os afastaria ainda mais do acesso à cultura e a tantas outras questões importantes para a vida em sociedade. O ponto a ser discutido é: como fazer com que nossos alunos aprendam a norma culta da língua de forma a não excluir toda sua bagagem? De forma que acolha suas vivências e as variações linguísticas que elas trazem? Enfim, como podemos desmistificar o ensino da gramática normativa nas escolas e equilibrar esse ensino com a cultura linguística que o aluno traz consigo?

Infelizmente, a escola ainda perpetua o modelo engessado e pre-conceituoso de ensino, não somente da LP, mas também de outras disciplinas. Essa prática faz com que não consigamos quebrar os paradigmas e incluir a bagagem cultural do aluno nas aulas, o que é de suma importância para que o mesmo sinta-se mais à vontade e pertencente ao espaço escolar.

Infelizmente, essa forma discriminativa de tratar a diversidade cultural que transforma diferenças em deficiências é tomada até mesmo pela escola que ainda se fundamenta em parâmetros como esse. Como dito por Abramowicz et al. (2011), a escola se funda em uma imposição de um saber considerado ‘como parâmetro único de medida, de conhecimento, de aprendizagem e de formação’ que, ainda segundo as autoras, servem como base para a segregação do que é diferente, classificando-os como ‘inferior, incivilizado, fracassado, repetente, bárbaro etc.’ (ABRAMOWICZ et al., 2011, p. 94). Tudo o que for diferente desse modelo idealizado, seria incorporado ao conceito de diversidade ‘de forma que a diferença que anunciam não faça nenhuma diferença’. (ABRAMOWICZ et al., 2011 *apud* LUQUETTI et al., 2019, p. 4)

O que as autoras supracitadas pretendem como reflexão é que não se pode mais permitir essa posição de superioridade dentro das escolas. É necessário que haja um diálogo mais aberto e uma maior interação escola/aluno. O espaço escolar, mais do que a qualquer pessoa, pertence ao aluno. Este precisa se sentir acolhido em todas as suas questões, incluindo a linguagem. Os registros informais que os discentes trazem em seu vocabulário precisam ser compreendidos para que haja uma troca.

A proposta para que haja uma desmistificação do ensino da norma padrão da língua é justamente esta: o diálogo, a troca. Permitir que os alunos tragam consigo seu vocabulário, registros, gírias, marcadores discursivos, maneirismos e acolhê-los de modo que o aprendizado de uma linguagem mais formal e que permita a eles leituras de mundo mais densas e compreensíveis, que eles tenham mais acesso a todos os espaços que lhes pertencem. Como exemplificado anteriormente, até mesmo os PCNs e a BNCC reconhecem há anos a diversidade linguística.

Como podemos notar a diversidade linguística já é reconhecida há algum tempo pelas instituições oficiais de educação. Os PCNs e agora a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) explicitam a importância de se trabalhar a variedade linguística no meio escolar, principalmente no ensino da língua portuguesa, e direcionam as práticas pedagógicas nesse sentido. (LUQUETTI et al., 2019, p. 9)

A variação linguística precisa estar presente no ensino da LP, a escola precisa ter um papel inclusivo em todos os aspectos de nossa vivência, incluindo o da linguagem. Essa não é uma postura fácil de se adotar, pois

configura uma quebra de paradigmas. É necessário comprometimento de toda a comunidade escolar.

8. Considerações finais

Tomando por base as teorias da Linguística e da Sociolinguística, pode-se observar que é inegável a existência de variedades linguísticas dentro da LP, em especial em se tratando de um país tão diverso quanto o Brasil e seu “português brasileiro”. A Sociolinguística nos traz uma visão de que os conceitos de linguagem e sociedade estão intrinsecamente conectados. E mesmo em uma sociedade tão diversa e com tantas variações da língua, como é visto no Brasil, principalmente no que tange ao ensino de LP nos bancos escolares, podemos testemunhar o preconceito linguístico, que não aceita bem registros informais da língua, considerando-os como erros ou desvios. O ensino focado somente na gramática normativa reforça esse pensamento.

A proposta do presente trabalho é justamente o contrário: a escola deve ser um lugar de acolhimento, e não de exclusão. Por que distanciar a língua escrita e ensinada nas salas de aula da língua da vida real, falada por pessoas reais no dia a dia? Deve-se acolher todos os registros da língua a fim de que os alunos possam perceber que podem se apropriar de todos os registros da nossa língua portuguesa, até mesmo os mais formais, que são importantes para nossa vida em sociedade. A gramática normativa é somente uma parte da língua, portanto não podemos nos prender somente a ela. E principalmente deve-se compreender que, apesar do nome, o nosso português difere em muito do português europeu, sobretudo na fala. Por que insistir em nos referenciar gramaticalmente ao português de Portugal? Nossa língua precisa fazer sentido para todos os brasileiros no dia a dia, é necessário que seja prática e atual, comunicar bem e ser interativa. Essa é a grande função de uma língua. Não se pode desconsiderar, por exemplo, o esforço criativo de um aluno em uma redação, pois nela há erros gramaticais. Isso seria minar a criatividade e autoestima desse aluno. É necessário um acolhimento para que se consiga ensinar a norma culta, que é sim necessária. Mas saber fazer com que a língua não se resuma a isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. V. 1. São Paulo: Cortez, 2021.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2007.

BALBI, Edma Regina Peixoto Barreto Caiafa. *O lugar da leitura nos cursos de Letras: implicações do currículo na formação do professor-leitor*. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Centro de Ciências do Homem (CCH), Campos dos Goytacazes-RJ, 2016. 149p.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, 2018.

SILVA, Juliete Maganha; LUQUETTI, Eliana Chrispim França; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. *Diferenças e Diversidade: A língua como forma de preconceito*. Fenômenos Linguísticos e Fatos da Linguagem. Angela Maria Gomes (Org.). Ponta Grossa: Atena, 2019.